

**RELATÓRIO E CONTAS**  
**2020**



*[Handwritten signatures and initials]*

**BALANÇO EM 31/12/2020**

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2020	31-12-2019
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Investimentos Financeiros	7	2 599,95	1 946,07
Ativos fixos tangíveis	8	362 916,85	375 647,86
<b>Sub-Total</b>		<b>365 516,80</b>	<b>377 593,93</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9	6 174,73	2 359,36
Créditos a receber	10	13 007,77	18 281,44
Estado e outros entes públicos	11	2 997,26	2 992,81
Diferimentos	12	2 631,25	1 677,97
Outros ativos correntes	13	80 323,04	66 416,46
Caixa e depósitos bancários	14	128 296,29	107 465,67
<b>Sub-Total</b>		<b>233 430,34</b>	<b>199 193,71</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>598 947,14</b>	<b>576 787,64</b>
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	15	240 000,00	240 000,00
Resultados transitados	15	177 332,56	137 446,44
Outras variações do fundo patrimonial	15	90 605,69	105 999,95
<b>Sub-Total</b>		<b>507 938,25</b>	<b>483 446,39</b>
<b>Resultado liquido do período</b>	15	<b>9 131,35</b>	<b>24 289,76</b>
<b>Total do fundo patrimonial</b>		<b>517 069,60</b>	<b>507 736,15</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	14 269,79	11 502,14
Estado e outros entes públicos	17	15 647,19	15 084,82
Outros passivos correntes	18	51 960,56	42 464,53
<b>Total do passivo</b>		<b>81 877,54</b>	<b>69 051,49</b>
<b>Total do fundo social e do passivo</b>		<b>598 947,14</b>	<b>576 787,64</b>



*Handwritten signature and name:*  
J. M. Augusto  
José

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2020	31-12-2019
Vendas e serviços prestados	19	301 473,62	319 990,83
Subsídios, doações e legados à exploração	20	233 715,13	200 818,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-60 317,26	-74 554,87
Fornecimentos e serviços externos	21	-101 200,20	-109 507,17
Gastos com o pessoal	22	-368 729,15	-330 969,47
Outros rendimentos	23	20 084,43	38 692,52
Outros gastos	24	-1 011,71	-1 943,97
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>24 014,86</b>	<b>42 526,24</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	-14 883,51	-18 236,48
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>9 131,35</b>	<b>24 289,76</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>9 131,35</b>	<b>24 289,76</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>			
<b>Resultado líquido do período</b>	15	<b>9 131,35</b>	<b>24 289,76</b>



Handwritten signature and initials, including the name 'José' at the bottom.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	Período	
		31-12-2020	31-12-2019
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		304 983,47	296 026,61
Recebimentos de subsídios, doações e legados à exploração		235 808,07	200 818,37
Pagamentos a fornecedores		-148 492,90	-164 754,93
Pagamentos ao pessoal		-285 296,84	-262 746,27
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>107 001,80</b>	<b>69 343,78</b>
Outros recebimentos / pagamentos		-84 306,98	-58 584,71
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>22 694,82</b>	<b>10 759,07</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-2 152,50	
Investimentos financeiros		-653,88	-707,17
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		942,18	647,81
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)</b>		<b>-1 864,20</b>	<b>-59,36</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>20 830,62</b>	<b>10 699,71</b>
<hr/>			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	107 465,67	96 765,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	128 296,29	107 465,67

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2020**

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2019	1	240 000,00	137 446,44	105 999,95	24 289,76	507 736,15
<b>Alterações no período</b>						
Aplicação do resultado de 2019	16		24 289,76		-24 289,76	
Outras variações 2020	16		15 596,36	-15 394,26		202,10
<b>Sub - total</b>	2		<b>39 886,12</b>	<b>-15 394,26</b>	<b>-24 289,76</b>	<b>202,10</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	3				<b>9 131,35</b>	<b>9 131,35</b>
<b>Posição no fim do período de 2020</b>	6=1+2+3+5	<b>240 000,00</b>	<b>177 332,56</b>	<b>90 605,69</b>	<b>9 131,35</b>	<b>517 069,60</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2019**

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2018	1	240 000,00	182 844,33	129 925,59	-29 340,53	523 429,39
<b>Alterações no período</b>						
Aplicação do resultado de 2018	16		-29 340,53	-23 925,64	29 340,53	-23 925,64
Outras variações 2019	16		-16 057,36			-16 057,36
<b>Sub - total</b>	2		<b>-45 397,89</b>	<b>-23 925,64</b>	<b>29 340,53</b>	<b>-39 983,00</b>
<b>Resultado líquido do período de 2019</b>	3				<b>24 289,76</b>	<b>24 289,76</b>
<b>Posição no fim do período de 2019</b>	6=1+2+3+5	<b>240 000,00</b>	<b>137 446,44</b>	<b>105 999,95</b>	<b>24 289,76</b>	<b>507 736,15</b>



CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS**

Rendimentos e Gastos	Apoio Domiciliário	Centro Dia	Lar	POAPMC	Períodos	
					31-12-2020	31-12-2019
Vendas e serviços prestados	60 774,64	67 445,19	173 253,79		301 473,62	319 990,83
Subsídios, doações e legados à exploração	70 673,62	63 308,37	98 246,41	1 486,73	233 715,13	200 818,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-12 252,24	-19 021,98	-29 043,04		-60 317,26	-74 554,87
Fornecimentos e serviços externos	-29 535,56	-25 760,83	-45 903,81		-101 200,20	-109 507,17
Gastos com o pessoal	-104 585,22	-88 390,99	-175 752,94		-368 729,15	-330 969,47
Outros rendimentos	5 734,84	5 568,42	7 838,99		19 142,25	38 692,52
Outros gastos	-300,82	-305,61	-405,28		-1 011,71	-1 943,97
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>-9 490,74</b>	<b>2 842,57</b>	<b>28 234,12</b>	<b>1 486,73</b>	<b>23 072,68</b>	<b>42 526,24</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4 465,05	-4 465,06	-5 953,40		-14 883,51	-18 236,48
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-13 955,79</b>	<b>-1 622,49</b>	<b>22 280,72</b>	<b>1 486,73</b>	<b>8 189,17</b>	<b>24 289,76</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	282,63	205,66	453,89		942,18	
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-13 673,16</b>	<b>-1 416,83</b>	<b>22 734,61</b>	<b>1 486,73</b>	<b>9 131,35</b>	<b>24 289,76</b>
Imposto sobre o rendimento do período						
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-13 673,16</b>	<b>-1 416,83</b>	<b>22 734,61</b>	<b>1 486,73</b>	<b>9 131,35</b>	<b>24 289,76</b>



*[Handwritten signature and initials]*

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

**Designação da entidade:** Centro Social Nossa Senhora da Conceição, NIF 502 207 949

**Sede:** Rua Professor Salcedas Pais, s/n.º 6200-236 Covilhã

#### Natureza da atividade

O Centro Social Nossa Senhora da Conceição é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com objetivos de utilidade pública., com o C.A.E. principal 87301 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

**Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

### 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo decreto lei 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL) - Aviso n.º 8256/2015, de 16 de julho
- Normas interpretativas (NI).

### 3 Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

A Instituição adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro “NCRF” pela primeira vez em 2012 aplicando para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição foi 1 de janeiro de 2012, e a Instituição preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF .Foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

#### **4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:**

##### **4.1 Bases de apresentação**

###### **4.1.1 Continuidade**

A Direção procedeu à avaliação da capacidade de a Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

###### **4.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros ativos correntes e Outros passivos correntes*”.

###### **4.1.3 Consistência de apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

###### **4.1.4 Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

###### **4.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.



#### 4.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.

#### 4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

##### 4.2.1. Ativos fixos tangíveis

As reintegrações do exercício foram determinadas de acordo as taxas fixadas para este tipo de entidades.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento Básico	entre 4 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

Os ativos provenientes de doações e outras operações a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, valor pelo qual estão segurados, valor patrimonial tributário ou valor pelo qual figuravam na contabilidade. Os principais bens referem-se a imóveis, os quais são valorizados ao valor patrimonial tributário à data da aquisição gratuita deduzido de eventuais depreciações entretanto realizadas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

##### 4.2.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum



*Handwritten signatures and initials, including 'Jm' and 'José'.*

indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

#### **4.2.3. Financiamentos Obtidos**

##### **Empréstimos obtidos**

Os “*Empréstimo obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos financeiros*” de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### **4.2.4. Participações financeiras em subsidiárias**

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registadas pelo método do custo. De acordo com o método do custo, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função dos gastos incorridos anualmente, após a aquisição.

#### **4.2.5. Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:



*Handwritten signatures and initials, including 'José' and 'Ana Maria'.*

- I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - i. Alterações no risco segurado;
  - ii. Alterações na taxa de câmbio;
  - iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - (i) Alterações no preço do bem locado;
    - (ii) Alterações na taxa de câmbio;
    - (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

#### **Créditos a Receber**

Os "Créditos a Receber" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

#### **Outros ativos e passivos correntes**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

#### **Caixa e depósitos bancários**

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### **Fornecedores e outros passivos correntes**

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.



*Handwritten signatures and initials, including 'José' and 'José'.*

#### 4.2.6. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento no Fundo Patrimonial gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.

#### 4.2.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- II. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- IV. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

#### 4.2.8. Imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos deste imposto “*As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas*”.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-*



*[Handwritten signatures and initials]*

*geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

*c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 estariam sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87, com as exceções previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do art.º 10.º, exceções que se aplicam à Instituição no exercício em análise relativamente aos rendimentos provenientes das atividades previstas naquele artigo nomeadamente, os relativos às modalidades de assistências medicamentosa, assistência médica e enfermagem e rendimentos prediais.

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, quando aplicável, corresponde à soma dos impostos correntes. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar, quando aplicável, é calculado com base no lucro tributável da Entidade. O lucro tributável pode ser diferente do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade referente aos anos de 2015 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4.2.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- I. a receber ou a Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- III. Análise de imparidade de investimentos financeiros;



- IV. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes e outros créditos a receber);
- V. Apuramentos dos subsídios à exploração e ao investimento restituir.

#### 4.2.10. Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

#### 4.2.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2019 e em 31/12/2018 detalha-se conforme se segue:

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2020	31-12-2019
Caixa (*)	11	1 352,58	1 150,71
Depósitos à ordem	12	66 943,71	46 314,96
Depósitos a prazo	13	60 000,00	60 000,00
<b>Total</b>		<b>128 296,29</b>	<b>107 465,67</b>

(\*) - Valores guardados em cofre para pequenas despesas e valores recebidos depositados no mês seguinte

### 6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Para garantir a comparabilidade da informação financeira em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, procedeu-se à reexpressão dos ativos correntes, conforme quadro seguinte:

Descrição	Nota	Posição em 31-12-2019	Reexpressão	Posição em 31/12/2020
Outros ativos financeiros		31 065,00	-31 065,00	30 487,00
Outros ativos correntes	14	35 351,46	31 065,00	66 416,46





*Handwritten signatures and initials, including 'José' and 'N. S. da Conceição'.*

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.1.

## 9 INVENTÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019 a rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas", é detalhado como se segue:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Saldo inicial	2 359,36	1 236,96
Compras	64 132,63	75 677,27
Saldo final	6 174,73	2 359,36
<b>Gasto no exercício</b>	<b>60 317,26</b>	<b>74 554,87</b>

## 10 CREDITOS A RECEBER (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019 a rubrica "créditos a receber" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Creditos a receber - Utentes	11 985,11	18 281,44
Creditos a receber - Municipio Covilhã	1 022,66	
<b>Total</b>	<b>13 007,77</b>	<b>18 281,44</b>

## 11 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019 a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Imposto sobre o valor acrescentado	2 997,26	2 992,81
<b>Total</b>	<b>2 997,26</b>	<b>2 992,81</b>

## 12 DIFERIMENTOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica "Diferimentos" é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Seguros	826,91	870,22
Serviços HACCP + saude trabalho	1 804,34	807,75
<b>Total</b>	<b>2 631,25</b>	<b>1 677,97</b>



*Amélia Magalhães*  
*Jose*

### 13 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “outros ativos correntes” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Obrigações - Caixa Geral de Depósitos	30.487,00	31.065,00
Adiantamento a fornecedores		1.586,94
Acréscimos de rendimentos - Acordos cooperação	16.372,63	301,11
Saldos anos anteriores em aberto	33.463,41	33.463,41
<b>Total</b>	<b>80.323,04</b>	<b>66.416,46</b>

### 14 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “outros ativos correntes” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Caixa	1 352,58	1 150,71
Depósitos à ordem	66 943,71	46 314,96
Depósitos a prazo	60 000,00	60 000,00
<b>Total</b>	<b>128 296,29</b>	<b>107 465,67</b>

### 15 FUNDO PATRIMONIAL

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, o “Fundo patrimonial” é detalhado como segue:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Fundo Patrimonial	240 000,00	240 000,00
Resultados transitados	177 332,56	137 446,44
Outras variações capital próprio	90 605,69	105 999,95
Resultado líquido do período	9 131,35	24 289,76
<b>Total</b>	<b>517 069,60</b>	<b>507 736,15</b>

### 16 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019 a rubrica “Fornecedores” apresentava um saldo de 14.269,79 euros e 11.502,14 euros, respetivamente.



António (Alky)  
José

### 17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Retenção impostos sobre o rendimento	2 218,00	1 490,00
Imposto sobre o valor acrescentado	124,94	293,49
Contribuições para a segurança social	13 229,31	13 226,39
FCT/FGCT	74,94	74,94
<b>Total</b>	<b>15 647,19</b>	<b>15 084,82</b>

### 18 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “Outros passivos correntes” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Pessoal	6 617,55	
Credores por acréscimo de gastos - remunerações	45 139,70	42 261,22
Credores por acréscimo de gastos - outros	203,31	203,31
<b>Total</b>	<b>51 960,56</b>	<b>42 464,53</b>

### 19 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2020	31-12-2019	
<b>Vendas</b>	<b>18 048,00</b>	<b>5 718,74</b>	215,59%
Materiais de Consumo	18 048,00	5 718,74	215,59%
<b>Prestação de serviços</b>	<b>283 425,62</b>	<b>314 272,09</b>	-9,82%
Quotas dos utilizadores	279 931,07	300 465,69	-6,83%
Quotizações	799,32	5 258,00	-84,80%
Promoções para captação de recursos	2 695,23	8 548,40	-68,47%
<b>Total</b>	<b>301 473,62</b>	<b>319 990,83</b>	<b>-5,79%</b>



*Amélia M. José*

## 20 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica "Subsídios à exploração" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2020	31-12-2019	
ISS, IP - Segurança Social	219 555,29	193 250,73	13,61%
IEFP	7 651,14	4 935,99	55,01%
Município da Covilhã	1 142,66	-	-
Filarmónica Recreativa Carvalhense	-	105,28	-
POAPMC (PAC)	1 486,73	1 568,16	-5,19%
Doações	3 879,31	958,21	304,85%
<b>Total</b>	<b>233 715,13</b>	<b>200 818,37</b>	<b>16,38%</b>

## 21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2020	31-12-2019	
Trabalhos especializados	24 706,11	15 239,14	62,12%
Publicidade e propaganda	591,22	249,21	137,24%
Honorários	3 274,70	27 682,63	-88,17%
Conservação e reparação	6 929,49	4 718,94	46,84%
Serviços bancários	421,01	227,86	84,77%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	1 268,23	709,28	78,81%
Material escritório	2 207,92	631,83	249,45%
Artigos para oferta	195,76	-	-
Eletricidade	10 639,10	12 541,30	-15,17%
Combustíveis	15 399,73	15 101,38	1,98%
Água	8 642,74	9 117,44	-5,21%
Deslocações e estadas	1 204,47	285,64	321,67%
Rendas e alugueres	3 019,92	3 332,24	-9,37%
Comunicação	2 400,05	2 483,57	-3,36%
Seguros	1 152,22	2 769,04	-58,39%
Contencioso e notariado	15,00	-	-
Limpeza, higiene e conforto	18 928,03	10 147,72	86,52%
Outros Serviços	204,50	2 721,62	-92,49%
<b>Total</b>	<b>101 200,20</b>	<b>109 721,45</b>	<b>-7,77%</b>



*Handwritten signature and date: 14 Jun 2021*

## 22 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2020	31-12-2019	
Remunerações do pessoal	295 444,05	263 678,77	12,05%
Encargos sobre remunerações	70 099,03	64 592,18	8,53%
Seguros acidentes trabalho	2 967,86	2 265,52	31,00%
Outros gastos com o pessoal	218,21	433,00	-49,61%
<b>Total</b>	<b>368 729,15</b>	<b>330 969,47</b>	<b>11,41%</b>
<b>Número médio de funcionários</b>	<b>30</b>	<b>29</b>	<b>3,45%</b>

## 23 OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2020	31-12-2019	
Rendimentos suplementares	102,96	6 542,67	-98,43%
Consignação de IRS	235,79	-	-
Desconto P.P.obtidos	1 719,49	1 754,01	-1,97%
Ganhos em inventários	-	132,90	-
Imputações de subsídios ao investimento	15 394,26	23 925,64	-35,66%
Venda eletricidade	1 623,33	1 958,61	-17,12%
Outros não especificados	66,42	3 730,88	-98,22%
Juros de depósitos	942,18	647,81	-
<b>Total</b>	<b>20 084,43</b>	<b>38 692,52</b>	<b>-48,09%</b>

## 24 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2020	31-12-2019	
Impostos	47,71	0,64	7354,69%
Descontos P.P. Concedidos	7,89	-	-
Donativos	-	80,00	-
Quotizações	-	300,00	-
Outros não especificados	956,11	1 563,33	-38,84%
<b>Total</b>	<b>1 011,71</b>	<b>1 943,97</b>	<b>-47,96%</b>



*António Nogueira*  
*Jose*

## 25 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período		Variação
	31-12-2020	31-12-2019	
Ativos fixos tangíveis (nota 8)	14 883,51	18 236,48	-18,39%
<b>Total</b>	<b>14 883,51</b>	<b>18 236,48</b>	<b>-18,39%</b>

## 26 VALOR DO CUSTO MÉDIO POR UTENTE

Descrição	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	LAR
Total de encargos	151 138,89	137 944,47	257 058,47
Número médio de utentes	23	35	21
Custo anual por utente	6 571,26	3 941,27	12 240,88
<b>Custo médio mensal por utente</b>	<b>547,60</b>	<b>328,44</b>	<b>1 020,07</b>
<b>Custo médio mensal por utente em 2019</b>	<b>446,15</b>	<b>362,73</b>	<b>866,24</b>

## 27 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 28 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

O alastrar mundial da epidemia do vírus Covid-19, e do impacto das medidas de contenção entretanto tomadas pelas diversas autoridades, fazem antecipar uma degradação acentuada do perfil do crescimento económico em 2020. A propagação do surto Covid-19, obrigou ao encerramento de valências da terceira idade, como por exemplo os centros de dia, que irá provocar um efeito negativo na atividade desenvolvida. A escala, dimensão e duração do



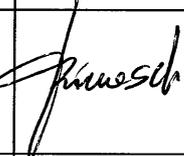
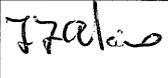
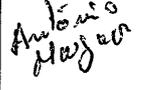
atual momento de incerteza, torna difícil avaliar a dimensão dos seus impactos diretos e indiretos, e, como tal, estimar, à data de hoje, o seu valor.

No entanto e tendo em conta a atividade a desenvolver em 2020, é expetativa da direção que os impactos terão efeitos muito significativos. No entanto, dada a incerteza, a direção não está em condições de fornecer informação económica e financeira exata, sobre o impacto da pandemia nos gastos e rendimentos da Instituição.

Considerando os desenvolvimentos recentes, existe ainda muito incerteza sobre o futuro desenvolvimento da situação. Nesta data a Direção informa que não existem indicadores de que as atividades da instituição venham a ser interrompidas, e por isso, entendemos que não está em causa a continuidade da Instituição.

## 29 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELA DIRECÇÃO

A Direção aprovou as demonstrações financeiras em 2021/05/04

Contabilista certificado	Presidente	Vice Presidente	Tesoureiro	Secretário	Vogal	Vogal
						
José Damasceno	Jaime da Silva Chiquita	João José Antunes Mariano	António Julio Gomes Morgado	Maria José Gomes Neto Morgado Nunes	José Alberto de Jesus Almeida	António da Fonseca Pina